

LEANDRO HAMMERSCHMIDT

**CRIAÇÃO DA REVISTA DO DECOM:
PROJETO CULTURAL E POLÍTICO**

CURITIBA

2004

LEANDRO HAMMERSCHMIDT

**CRIAÇÃO DA REVISTA DO DECOM:
PROJETO CULTURAL E POLÍTICO**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II ministrada no curso de Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, na Universidade Federal do Paraná.

Profª Drª Glaucia da Silva Brito

CURITIBA

2004

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Comunicação Social
Habilitação em Relações Públicas

REITOR:

Prof. Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior

VICE-REITOR:

Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega

DIRETOR DO SETOR DE CIENCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES:

Prof. Dr. José Borges Neto

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Profa. Rosa Maria Cardoso Dalla Costa

COORDENADOR DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Prof. Rubens Sprada Mazza

PROFESSORA ORIENTADORA:

Profa. Doutora Glaucia da Silva Brito

*“Não fechei os olhos, não tapei os ouvidos
Cheirei, toquei, provei
não lavei as mãos
E é por isso que eu
me sinto
cada vez mais limpo”
Ivan Lins*

frase tirada de um jornal universitário



h. universidade pública
e os pensos que resistem.

AGRADECIMENTOS

A minha família, meus pais e irmãos.

A minha Paula pelo amor e paciência.

Aos meus amigos, que são muitos e são a alegria de minha vida.

Aos meus professores e amigos do DECOM, em especial a profa Glauca minha orientadora e aos profs. Celsi, Jheison, Natália e Guto.

A professora Leilah por me mostrar novos caminhos.

Ao pessoal da Editora UFPR, ao Prof. Pio e a Maria Klock da SIBI pelas informações.

E a todos os autores que me emprestaram suas idéias.

Resumo

Apresenta projeto visando a criação da revista do DECOM - Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná. É um projeto cultural e político ligado à missão desta Universidade, concebido como um projeto de Relações Públicas e fundamentado no pressuposto de que a universidade tem “vocação” para a criação refletida e que faz parte de seu compromisso social a divulgação de suas *produções* nas diversas áreas do *saber*, “socializando” o *conhecimento* e contribuindo, dessa maneira, para a edificação da sociedade. Apresenta e analisa as possibilidades do curso de Comunicação Social desenvolver disciplinas e oficinas de produção editorial e planejamento gráfico, defende a revista como uma publicação capaz de apresentar e consolidar o curso de Comunicação Social da UFPR.

Sumário

Resumo.....	7
Introdução.....	9
1. A vocação e o compromisso da universidade.....	11
2. Relações Públicas: profissão e profissional.....	21
3. Produção editorial, planejamento gráfico e a atividade de Relações Públicas.....	25
4. Relações públicas neste projeto.....	29
5. Proposta da revista.....	31
5.1 Formalização do periódico.....	31
5.2 Política editorial e o estatuto da publicação.....	32
5.3 Corpo da Revista.....	32
5.3.1 Conselho Editorial.....	32
5.3.2 Outros conselhos ou comissões.....	33
5.4 Produção editorial e planejamento gráfico.....	34
5.5 Periodicidade.....	35
5.6 Custeamento.....	35
Considerações finais.....	37
Referências	39
ANEXOS	
Anexo I - RESOLUÇÃO Nº 32/04-CEPE (Minuta).....	42
Anexo II -Sistema Eletrônico de Revistas (SER).....	48
Anexo III- Critérios SciELO Brasil.....	50
Anexo IV–Números da <i>permuta</i>	56

Introdução

O DECOM - Departamento de Comunicação Social interfere pouco na Universidade. Esta “falta de expressividade” pode estar relacionada com a localização do Departamento num *campus* isolado de outros *focos* universitários e, somado ao isolamento, faltam *canais amplificadores* para sua *produção* intelectual, artística, literária, científica e tecnológica.

Esse Departamento perde muito não tendo estabelecido um *meio* para espalhar suas “idéias”, tal qual outros *cursos* da Universidade, haja vista que seus autores são desestimulados sem a repercussão de suas “atividades”. Isso sem contar que o DECOM deixa de imprimir sua *marca* quando não se manifesta diante dos fatos que influenciam nossas vidas.

A proposta para a criação de uma revista do DECOM - tema dessa pesquisa - corresponde a um projeto cultural e político por estar diretamente ligado à missão adotada pela Universidade Federal do Paraná: “*fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano do Paraná e do Brasil.*”¹

Acreditamos que essa publicação poderia estimular nossos autores, além de possibilitar o diálogo com outras *fontes* de produção do *saber*, dentro e/ou fora desta Universidade, pois quando o *conhecimento* existe como fruto de reflexão e não instituído como única forma de conduta² podemos então, colocá-lo diante de nossos pares e assim vê-lo ganhar vida própria desdobrando-se infinitamente.

Além do mais, o DECOM precisa *comunicar-se* com diferentes segmentos da sociedade para que seja reconhecido e venha dar sua contribuição para a vida da Cidade.

No primeiro tópico refletimos sobre a universidade e sua função política e social, tentando reconhecer sua “vocação” e seu compromisso social; no segundo tópico apresentamos a profissão e o profissional de Relações Públicas através dos conceitos, das *técnicas* e da causa da existência dessa atividade; no terceiro tópico tratamos sobre produção editorial e planejamento

¹ Informação da ACS - Assessoria de Comunicação Social da UFPR.

² “A razão, como pensamento conceitual e forma de conduta, é necessariamente dominação”.
H.MARCUSE

gráfico e quais os ganhos que *conhecimentos* nestas áreas apresentam ao profissional de Relações Públicas; no quarto tópico falamos do potencial da atividade de Relações Públicas nesse projeto cultural e político que é a revista do Departamento; no quinto tópico apresentamos uma proposta de revista ao DECOM e nas considerações finais *pensamos* sobre as possibilidades dessa publicação.

1. A vocação e o compromisso da universidade

A universidade é uma instituição social que surgiu no século XIII europeu, ficando reservada como o espaço da *criação e transmissão sistematizada do saber universal*. Contudo, muitas vezes a universidade permaneceu isolada e agiu como se fosse a única *fonte* de produção do *conhecimento*, cegou-se pela *racionalidade ideológica*, até o ponto que perdeu sua autonomia intelectual e esqueceu-se de seu compromisso social.

De acordo com CHAUI³ a universidade sempre foi uma

“instituição social, ou seja, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela”.

Partindo disso, entendemos que a qualidade de *instituição social* significa para a universidade que a sociedade é a sua referência valorativa e normativa. Então, consideramos importante pensar, dentro das nossas limitações, sobre um momento significativo na história do *capitalismo*, marcado pelas *revoluções burguesas* que ocorreram em vários países europeus e dentre essas são duas as principais: a *revolução industrial* e a *francesa* - embora esta última não seja exclusivamente burguesa⁴ -, significativas pela contribuição que deram à consolidação do modo de produção capitalista.

De acordo com CHAMPAGNE (1998), a burguesia “letrada” foi gradativamente tomando seu espaço, pois se articulava nos clubes e cafés franceses. Daí o surgimento da *opinião pública*, no século XVIII, como uma maneira de influenciar nas decisões políticas. Neste período foram vários movimentos revolucionários que confluíram até o estouro da *revolução francesa*, no final do século XVIII, quando *revolucionários* apoiados ideologicamente nos *iluministas* começaram a tomada do *poder*.

³ No artigo “*A universidade Operacional*” da professora Marilena Chauí, publicado no caderno Mais da *Folha de São Paulo* em 09 de maio de 1999.

⁴ FARIA (1993, p.124)

Entretanto, essa burguesia que estava tomando o *poder* não tinha os mesmos “*direitos divinos*”⁵ do rei e nem a desenvoltura da *realeza*, pois o que esses burgueses tinham era *poder* econômico e foram buscar na *ciência*, na instrumentalidade e tecnologia da *revolução industrial*, o caminho para tornar competente seu discurso. Em poucas palavras, a *ciência* foi à “invenção” que autorizou o *poder* político da burguesia.

Depois que os *revolucionários* franceses liquidaram o “*Antigo Regime*”⁶ e se instalaram no governo, acabaram passando por cima das diferenças e controvérsias quando decidiram o que deveria ser a “opinião pública” e chamaram-na “espírito público”, uma espécie de opinião pública *ideal*, como se todas as pessoas fossem *virtuosas e iluminadas*. Notamos que, quando estes *revolucionários* assumiram, o que mudou foi o discurso, apoiado noutra *ideologia*⁷ com outro *universo de representações*⁸.

Para CHAUÍ (1980) essa *ideologia* tem um discurso lacunar que não pode ser esclarecido por completo, pois o que lhe torna aceitável está na definição de *racionalidade*, como o não-contraditório⁹, adotada pela *ciência* e é na negação da contradição que a *ciência* põe-se como a *ideologia* afirmando a *não-história*, ou seja, afirmando a ausência de contradição. Com essa nova *ideologia*, a *dominação* de uma classe social por outra, geralmente pela que detém os *meios de produção*, se autoriza no *saber* científico, na *objetividade* do pensamento cartesiano-newtoniano. E de acordo com CHAUÍ (1980, p.28) essa *operação ideológica* passa por dois ocultamentos: “o da *divisão de classes* e o do *exercício do poder por uma classe social sobre outras*”. Então, a finalidade do discurso ideológico é a “dominação” que só se faz possível apagando-se a *história*, ou seja, apagando os conflitos e a produção interna das diferenças na sociedade. Assim, as representações da *classe dominante* agem sempre generalizando e reduzindo as diferenças, tentando produzir a imagem de uma

⁵ Pois de acordo com TOMAZI (1993, p.135), “.. o Estado absoluto legitimou a sua dominação por meio de certos princípios retirados do catolicismo, que mostravam aos súditos a necessidade de prestar obediência. Esses princípios foram encontrados na teoria do direito divino dos reis, elaborada pelo bispo francês Jacques Bénigne Bossuet (1627-1704), em sua obra *A política inspirada na Sagrada Escritura, de 1679.*”

⁶ Expressão cunhada pelos *revolucionários*, segundo FARIA (1993, p.109).

⁷ Lembrando que a *ideologia* responde ao “*desejo de identidade e ao horror metafísico da desagregação.*”

⁸ Representação supostamente objetiva e racional.

⁹ Assim, aos olhos da *ciência* o contraditório é colocado como irracional.

sociedade unificada. Tanto que estas *representações* são capazes de gerar apatia política, calar e conformar as pessoas.

Ainda de acordo com essa autora, a *ideologia* burguesa que costumava encarnar suas idéias em pessoas encontrou na atualidade outro suporte: a *organização*. Então, as *empresas* incorporam a *racionalidade* passando a funcionar com *lógica* e, dotadas de *cientificidade*, agem de maneira instrumental, minorando o ser humano que se transforma em “*recursos*” da *organização* a qual “*pertence*”. Para outra autora, KUNSCH (1992, p.17), é “*esse conjunto de organizações que viabiliza todo o funcionamento da sociedade*”. Essa afirmação pode-nos confirmar a existência de uma *crença* na *racionalidade* inerente às *organizações*, como se estas funcionassem através de comandos racionais e independentes dos homens, a ponto de organizarem toda a sociedade.

Como foi dito, “*cremos*” que as *organizações* são quem “*organizam a sociedade*”. E, estas acabam mesmo determinando a vida da sociedade, já que no modo de produção capitalista é através do fator econômico que as “*coisas*” se determinam. O Estado¹⁰ está colocado acima da sociedade civil, mas “*arruma*” esta separação assegurando-nos a *representação* política através do voto (sufrágio universal). Nesse esquema, o voto é dito como nosso direito, contudo, também é um dever, uma vez que votar é nossa “*lição de cidadania*”. Dessa maneira, a exploração econômica é separada da legalidade política e, isto serve para dissimular as divisões de classe e as formas de exploração que sustentam o *capitalismo*. Na verdade, nem o voto e nem a *opinião pública*¹¹ – como voz - são capazes de ameaçar a separação e a apropriação do Estado pela classe dominante.

De acordo com TOMAZI (1993, p.145), o Estado, que serviu à burguesia tanto para derrotar a nobreza quanto para reprimir o proletariado, foi ganhando novas atribuições enquanto o *capital* se transferia da esfera privada para a pública devido aos enormes empréstimos que vários governos contraíram. E

¹⁰ Assim compreende TOMAZI (1993, p.132), “*Estado como o poder político organizado no interior da sociedade civil.*” e como “*..regulador de conflitos e ordenador do espaço público.*” para CHAUI (1980, p.113).

¹¹ Pois de acordo com CHAMPAGNE (1998), a “*opinião pública*” foi reduzida a dados, variáveis, a serem descobertas por *institutos de sondagem* e servirem para o uso do *mercado* e/ou dos *políticos*.

uma das atribuições do *Estado-de-bem-estar* teve influência dos “avanços tecnológicos”, pois as novas “técnicas” e máquinas criadas exigiam o aperfeiçoamento dos trabalhadores, e esta qualificação dependia da escolaridade, que, principalmente a partir do século XX, foi atribuída ao *poder público*.

Se foi a partir do progresso dos *meios de produção* que a educação veio a se tornar “*um direito de todos*”. Então, compreendemos a tentativa de reduzir a universidade à posição de “*prestadora de serviços*”, diminuindo sua importância ao grau de *organização social*. Mais ainda, de acordo com CHAUÍ¹², promover a falência das *instituições sociais* é obra da Reforma do Estado Brasileiro, que pretende modernizar e racionalizar as atividades, encolhendo o espaço público democrático dos direitos e ampliando o espaço privado em detrimento dos direitos sociais conquistados.

No entanto, a universidade é, como já dissemos, uma *instituição social* que também conseguiu, na modernidade, sua legitimação, apoiada na idéia de um *conhecimento* guiado pela sua lógica própria e com autonomia diante do Estado e da religião. Mas enquanto *instituição social*, a universidade não pode operar de maneira puramente instrumental e racional, como fazem as *organizações*, pois estas têm seus instrumentos e objetivos particulares, fazem um planejamento estratégico, alocando seus “*recursos*” e empenhando toda a *força* para alcançar seus objetivos e seus lucros. Em contrapartida, o que deve prevalecer na universidade pública é o interesse público, pois, afinal de contas, quem financia e proporciona a pesquisa e a produção acadêmica é a sociedade. Logo, essa produção lhe pertence e deve contribuir para a sua transformação e melhoria.

Entretanto, essa produção da universidade - que poderia contribuir para a melhora da sociedade -, acaba nunca acontecendo e/ou não sendo divulgada, pois o “sucateamento” da universidade pública fez com que esta subordinasse a maior parte de sua pesquisa a interesses privados, perdendo sua autonomia intelectual para ajustar-se ao mercado, de tal maneira que a maioria do *povo* nem teria como sentir sua falta, caso a universidade fosse extinta, visto que seus resultados e avanços quase nunca são *socializados*.

A universidade pública nunca deveria ter cedido às “pressões” de fora, nunca deveria ter feito concessões ao *capital*, pois quando agiu assim reduziu-se à importância de *organização*, uma vez que esta última depende muito mais de sua capacidade em adaptar-se ao “*meio ambiente*”, ao *sistema*, do que de alguma *vocação*.

Antes de tratarmos sobre a “vocação” da universidade, gostaríamos de levantar a questão sobre as relações entre *poder* e *conhecimento*. Podemos até compreender a *ciência*, universal e impessoal, servindo para legitimar o *poder* político de um grupo em ascensão, visto que a burguesia não tinha “sangue azul” e os “direitos divinos” da *realeza*. Mas o que manteve até agora a força do discurso embasado na *razão*, na *ciência*?

Segundo o pensador *Voltaire*, citado por CHAMPAGNE (1998, p.56), “a opinião governa o mundo, mas são os sábios que, com o tempo, dirigem essa opinião”. Então, podemos pensar que essa promessa de *poder* poderia ter motivado a universidade no seu isolamento enquanto espaço reservado para a produção do *conhecimento*. Talvez pelo mesmo motivo que no *ideário* popular *conhecimento* - mas não qualquer...- seja sinônimo de *poder* e nesse esquema “*informação é tudo*” como os *meios de comunicação de massa* anunciam. No entanto, consideramos que a universidade não pode receber nada de bom ao contribuir com um *sistema* que exclui a maioria das pessoas e autoriza que alguns poucos falem e se façam ouvir através do *discurso do especialista*¹³, racional e impessoal, enquanto a maioria da população não tem acesso às *informações* e nem pode participar do processo de criação, ao contrário do que a *mídia* forja quando faz a *informação* parecer a “coisa” mais acessível do mundo.

Então, o *conhecimento* gerado cientificamente¹⁴ - e que já serviu para “emancipar” foi assimilado e instituído como forma de *poder* e serve, até nossos dias, para a *dominação*. Reconhecemos o perigo quando resumimos, de maneira simplista, anos e acontecimentos para reclamar ao *poder*, contudo,

¹² No artigo “A universidade Operacional”, publicado no caderno Mais da Folha de São Paulo em 09 de maio de 1999.

¹³ Como nos explica Marilena Chauí no seu livro “*Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.*”

¹⁴ Segundo CHAUÍ, no livro “*Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.*”, a carga ideológica é transmitida, no caso da *ciência*, quando esta passa do *empirismo* (dos fatos) para o *formalismo* (construções, modelos).

não deixemos de nos perguntar: Por quê alguém coleciona e cataloga o *cordel* enquanto, de acordo com o relato do editor Arlindo Pinto de Souza¹⁵, o “*verdadeiro*” leitor compra o livrinho, lê e joga fora? Ou ainda, por quê alguém critica uma editora, única do país que ainda publica e vende *cordel*, quando esta moderniza a capa do livrinho usando cores e/ou outro tipo de impressão que não a tradicional xilogravura?

Talvez o desejo da *crítica* seja mesmo preservar essa *cultura*, mas certamente existe algo de *ideológico* quando tentamos colocar *em moldura*, uma “coisa” ainda em evolução, preservando-a, inclusive dela mesma, como se fossemos os responsáveis. Somos conduzidos a olhar para o *cordel* e outros *regionalismos* como se fossem manifestações “exóticas” e/ou do tipo “folclore” e quando estas nos chamam atenção, geralmente pela aparência, devem servir somente para a nossa admiração, uma vez que o *conhecimento* que deve reger nossas vidas é aquele proveniente da *razão*, de uma metodologia ou da precisão e instrumentalidade das *organizações*.

E quando alguém pensa e produz “fora” fazendo o descaminho dos padrões e regras, este alguém não é confiável enquanto *fonte* de produção do *saber*, pois existe o monopólio da produção do “bom” e “aproveitável” *conhecimento*. Nesse sentido a universidade contribui muito para a *dominação*, pois neste *espaço* somos estimulados a negar nossas contradições, unificando, generalizando e universalizando tudo que pensamos. Aprendemos a usar o “recurso” da impessoalidade, do qual nos valem neste trabalho. Impessoalidade que parece servir para ocultar a opinião, as dúvidas, o “gosto”, o “achismo” e as escolhas artísticas.

Nesse contexto qual seria a melhor caminho para a universidade, sacrificar o “*dia de hoje*” preservando as conquistas de alguns ou “*entrar no jogo*” sem medo de misturar e trocar informações e *conhecimentos*? Consideramos que, se a universidade teve algum dia compromisso com causas sociais - e a *história* diz que esta foi capaz de levantar sua *cabeça* contra o que estava instituído-, então é preciso que a universidade saiba “produzir e compartilhar”, a fim de evitar a apatia política e a descrença nas possibilidades

¹⁵ Editor da Ed. Luzeiro no livro *Editando o Editor nº4*.

de mudança¹⁶, e abandonando seu papel de “mantenedora” para tomar posição mais participativa contra a *dominação*. Mesmo que isso lhe custe abrir mão das certezas da *razão* e do fácil *poder* que nisso se apresenta, para recomeçar e repensar continuamente suas *produções* e sua *prática*.

Acreditamos que a universidade pode e deve ser o espaço propício para a criação, para a recreação e para a *libertação*, pois de acordo com CHAUI¹⁷

“a idéia dessa universidade européia tornou-se inseparável das idéias de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber..”

Partindo dessa constatação, percebemos que a vocação da universidade deve ser para a reflexão, para a abstração que gera *saberes* capazes de esclarecer e de enfrentar o que está *instituído*. Então, aceitando essa vocação, a universidade parece estar muito mais perto da utopia marxista: inventiva, criativa e revolucionária¹⁸, do que da utopia burguesa moderna que é a *ficção científica* do cinema. Compreendemos que faz parte do compromisso social da universidade mostrar, transmitir e publicar suas *produções*. Mas por quê *socializar esse conhecimento*?

Quando Gutenberg “*inventou*” a *imprensa* no século XV e reproduziu a Bíblia de 42 linhas, possibilitou que muitas pessoas pudessem interpretar aquele que era o maior instrumento de *poder* da Igreja Católica. Na Itália do século XVI, sapateiros, tintureiros, pedreiros, entre outros leigos, reivindicavam o direito de interpretar as escrituras. Em contrapartida, os eclesiásticos para lidar com esse “problema” criaram o Índice Católico dos Livros Proibidos depois do Concílio de Trento. Entretanto, a invenção da tipografia também poderia ser usada pela Igreja para atingir seus objetivos, como foi feito na Suécia

¹⁶ A transformação histórica acontece no terreno da luta de classes, na luta pela democracia econômica e política. Entretanto, não podemos imaginar uma situação ideal e nem sugerir um rompimento total como velho instituído para não carregar os *germes* desse mal. O que a universidade pode fazer é estimular cada pessoa a pensar sua autonomia, assim, cabe a universidade fazer circular sua *produção* e permitir a participação de *mais e mais* pessoas nesse processo de *produção*. Não como uma atitude educativa, mas estimulando a *auto-educação*, o autoconhecimento.

¹⁷ No artigo “*A universidade operacional*”, publicado no caderno Mais da Folha de São Paulo em maio de 1999.

¹⁸ Sem levantar qualquer bandeira e sem tomar o pensamento marxista como uma verdade absoluta que não deve ser contrariada, ou pior tomá-lo como “*ciência marxista*”.

protestante do século XVII, quando a Igreja organizou uma campanha de alfabetização para estimular a leitura da Bíblia. Só que novamente surgiram “problemas”, pois as pessoas que foram alfabetizadas não se restringiram à leitura da Bíblia, visto a publicação de livros baratos daquele período em diante¹⁹. De acordo com BURKE²⁰, na segunda década do século XVII as preocupações religiosas somaram-se às preocupações políticas, em partes, relacionadas ao surgimento de *jornais* impressos, que levavam gente comum a discutir sobre as medidas dos seus governantes. Para os *poderosos* é sempre um “problema” mostrar a *fonte* de seu *poder* e/ou permitir que sejam criadas outras *fontes*, lembrando que a universidade moderna conseguiu sua legitimidade apoiada num *conhecimento* independente da Igreja e do Estado.

Para divulgar parte da *produção* científica acadêmica, muitas impensas universitárias evoluíram até se tornarem editoras universitárias. A Editora UFPR - antiga *Scientia et labor*²¹ - nasceu do desejo de ter uma editora da Universidade, sabendo que em 1986 existia uma gráfica e até um conselho editorial, ambos, ligados à Fundação da Universidade Federal do Paraná. Contudo, junto às possibilidades e à autonomia *de ser* uma *editora universitária* vinham dificuldades como a falta de estrutura, de dinheiro e de pessoal, como nos conta sua primeira editora, Leilah Santiago BUFREM (2001). Entretanto, essa editora floresceu porque acima das dificuldades estava à vontade de promover e difundir *conhecimentos* gerados na própria Universidade, além de muito interesse em preservar a *cultura local e regional* tanto atacadas pela “indústria cultural”, que “*tende a difundir a ideologia da modernização e a padronizar culturas singulares dentro de um esquema consumista*”. FREITAS (2002 p.124)

As editoras universitárias são órgãos complementares que têm a função social de divulgar o *conhecimento* científico acadêmico, editorando e publicando assuntos específicos e importantes. Depois de cumprida esta função de “socializar” parte da produção dos docentes, algumas editoras acabam estendendo seus braços para a comunidade, assim como faz a editora Com-Arte, órgão laboratorial do curso de Produção editorial do Departamento

¹⁹ Veja o artigo “*Problemas causados por Gutenberg.*”

²⁰ No mesmo artigo “*Problemas causados por Gutenberg.*”

²¹ *Ciência e trabalho.*

de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, que tem ajudado a difundir organizações populares dos movimentos sociais publicando suas conquistas e registrando a luta dessas manifestações que dificilmente teriam apoio de editoras privadas²². É uma característica das editoras universitárias esse comprometimento com causas sociais, políticas e culturais²³.

O lançamento de novos livros ou novos autores é um projeto cultural que se relaciona diretamente com a luta de classes e com as relações de *poder*, e, assim, um projeto cultural é ao mesmo tempo político e não meramente mercadológico. Porém algumas editoras privadas também se configuram projetos políticos como é o caso da Editora Perspectiva²⁴.

A *Luzeiro* de São Paulo é uma editora privada que resiste publicando literatura de cordel e, como relata seu editor²⁵, para continuar essa tradição de família publica: *livrinhos de música cifrada*, *O livro de São Cipriano*, *Cartas de amor*, *O livro dos sonhos* e até pornografia para financiar o *cordel*, ajudando na continuação de uma das *culturas do povo*²⁶ mais comum no nordeste brasileiro.

Mesmo considerando que existem diferenças entre ser *organização* ou *instituição social*, devemos saber que ambas podem contar com as mesmas pessoas e dessa forma, a responsabilidade pela criação e compartilhamento do *conhecimento* não pode ser exclusividade desse ou daquele, indiferente se é público ou privado²⁷. Além do que, a *cultura* é tudo aquilo que o homem produz, é a "*atividade do espírito*". Podemos e devemos, então, compartilhar dessas *atividades* como resgate de um processo democrático - onde as *informações* devem circular pela sociedade, assim, possibilitando que todas as pessoas aceitem ou refutem estas, mas que, além de recebê-las, essas pessoas possam também participar do seu processo de produção-, e não conforme a forma de *democracia* existente no *capitalismo* que, ao invés de permear toda prática social foi reduzida a um sistema político que só permite a *representação* mas não a efetiva *participação* na tomada de decisões. Além disso, a difusão

²² Como conta FERREIRA, (1997, p.92), no livro *Livros, Editora & Projetos*.

²³ Veja o livro "Editoras Universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática."

²⁴ Plínio Martins Filho (1997, p.49).

²⁵ Arlindo Pinto de Souza

²⁶ *Culturas do povo* como sugere CHAUÍ (1980, p.43-44 e 59), "*a fim de manter a multiplicidade e resistir a homogeneização.*"

²⁷ E de acordo com TOMAZI (1993, p.133) "*As noções de povo, de interesse geral, e de nação, bem como a separação entre o privado e o público, nasceram desse processo histórico de constituição do Estado moderno na Europa do século XVII.*"

das *culturas* - como a produção da alma do homem, pela qual este se relaciona com a natureza, com os outros e consigo mesmo-, é fundamental para reencontrarmos nosso próprio caminho e para reconquistarmos nossa autonomia perdida com a *racionalização* da vida.

No tópico seguinte conheceremos melhor a profissão e o profissional de Relações Públicas e como essa profissão relaciona-se com o *poder*, e como tal atividade está relacionada com questões políticas e sociais.

2. Relações Públicas: profissão e profissional

Apesar de não ter o respaldo de *ciência*, a atividade de Relações Públicas se fundamenta e se apóia em outras ciências ou teorias que têm o homem como objeto material de estudo.

Simões (1987, p. 83) define a atividade de Relações Públicas como “a *gestão da função política da organização*”. Para esse autor, administrar a função política, ou seja, atuar conforme a *filosofia, política e normas* da organização corresponde, ao fundo, à essência da atividade. Em segundo plano estaria a administração da *comunicação* e isso corresponde à aparência, o percebido da atividade; e por último está a administração do *conflito*²⁸, definido aqui como o impasse no processo decisório, que corresponde a uma circunstância da atividade de Relações Públicas.

De acordo com Simões (1987, p.130) o objeto material de estudo das Relações Públicas é a relação entre a organização e seus públicos; e seu objeto formal é o *conflito* que pode ocorrer entre estas duas partes no processo decisório. O mesmo autor (1987, p. 61) compreende a organização desse modo

“Assim o é a organização. Antes de tudo pessoas, depois produtos e serviços e tudo o mais conotado com tais produtos e pessoas. Quando ocorre coerência e integração desses elementos, englobados por um padrão em um processo de metamorfose, a organização adquire uma identidade e torna-se uma instituição.”

O conceito de *público* de uma organização corresponde às pessoas com interesses comuns aos desta organização, no qual *público* pode ser composto por uma única pessoa ou por um grupo organizado ou não e ainda pode dentro de sua diversidade abranger tanto o alienado quanto o politizado.

As Relações Públicas usam a matéria-prima *informação* no processo de *comunicação*, através dos meios ou instrumentos de *comunicação*, buscando legitimar o *poder* decisório de uma *organização* perante seus públicos. Isso possibilita que esses públicos respondam aos estímulos e tenham participação na tomada de decisão. O *poder* corresponde ao exercício da influência política sobre alguém ou algum grupo na sua tomada de decisão. Conforme Simões

²⁸ Necessário, pois o *conflito* é o coração da *democracia*.

(1987, p.111), são utilizadas várias bases para sustentação do *poder* e esse autor as classifica como bases de poder: legal, legítima, retórica, de recompensa ou punitivas; e de acordo com o tipo de sustentação a informação terá um tratamento característico.

Existem diversas *teorias da comunicação* e uma imensidão de estudos sobre as *mídias*, sobre *canais*, sobre as linguagens, sobre os *ruídos* e tudo mais envolvido com o processo comunicacional; entretanto limitarei meu estudo às necessidades da atividade de Relações Públicas e para essa atividade o envio de informações corresponde a uma tentativa de ajustar o processo decisório. Assim, é aconselhável que essas informações estejam codificadas numa língua-padrão e sejam enviadas, com algum grau de redundância, para que possam transmitir e confirmar a *mensagem*.

Até as informações chegarem ao seu destino - o receptor - levando consigo uma mensagem, elas precisam transpor os *ruídos* inerentes ao processo comunicacional. Ao emissor cabe tentar diminuir esses ruídos, e no caso do profissional de Relações Públicas é preciso que este saiba evitar as ambigüidades da própria língua. Além disso, esse profissional pode otimizar o “processo” escolhendo a linguagem adequada para falar ao receptor.

Emitir informações com clareza e redundância facilita que a mensagem seja compreendida, eis um cânone da *comunicação*, no entanto, usar informações dissonantes também pode servir para aumentar a *entalpia* no processo de comunicação. Sabendo disso, plantar alguma incerteza nos *sinais* pode produzir alguma “energia”, o que pode ser muito interessante para o profissional de Relações Públicas no relacionamento com públicos “característicos”. De acordo com KUNSCH (1992, p.84)

“esse aspecto relacional é bastante abrangente, envolvendo todos os elementos do processo. Isto é, pelo fato de esses elementos estarem inseridos num determinado contexto social, condicionados ao universo cognitivo de cada pessoa que emite ou recebe mensagem e a todo um conjunto de fatores internos e externos, todo o processo comunicacional organizativo sofre muitas interferências. Tamanha é a complexidade do processo que se torna difícil até diagnosticá-lo, dado o volume e os diferentes tipos de comunicação existentes”;

Entretanto, o ideal é que a *comunicação* seja bem organizada e “*se estabeleça em torno de políticas e objetivos claros, coesos e conseqüentes*” KUNSCH (1992, p.160).

Uma vez enviado o primeiro *sinal* de informação, acontece um desdobramento infinito e por causa desse desdobramento a atividade de Relações Públicas deve ser contínua e permanente. Através da *comunicação*, - entendida aqui como a troca de informações-, uma *organização* pode compreender e também ser compreendida por seus *públicos*, e a busca dessa compreensão mútua deve ser a meta da atividade, pois, assim, aparece em várias definições de Relações Públicas.

O setor de *comunicação* de uma *organização* deve criar e estabelecer uma via de mão dupla - que permita o fluxo e a troca de informações - com seus públicos, visto que a *comunicação* é uma necessidade para a *organização* e, mais ainda, é uma necessidade para o próprio *sistema social global*, pois ambos dependem dessas relações de troca para se desenvolverem.

Pensando agora no modo operacional da atividade, a legislação da profissão e o “Acordo do México” ²⁹ colocam o planejamento como uma das funções básicas das Relações Públicas.

O primeiro passo do planejamento estratégico da *comunicação* é o levantamento de dados sobre a situação geral da organização, para saber quais são as políticas operacionais, como funciona o sistema de *comunicação*, como esta o relacionamento da *organização* com a comunidade, com os colaboradores, com os fornecedores, com a *mídia*, entre outros *públicos* diretos ou indiretos. Quanto maior a quantidade de informações coletadas para o *briefing*, maiores serão as possibilidades do profissional de Relações Públicas compreender a situação da organização. Este profissional deve conhecer bem os fatores externos, capazes de influenciar na vida organizacional, tais como as variáveis tecnológicas, legais, políticas, sociais, econômicas, demográficas, ecológicas e culturais, já que, de acordo com KUNSCH (1992, p.114), esse

²⁹ Segundo o Profº Cândido Teobaldo de Souza Andrade “De 9 a 11 de agosto de 1978, realizou-se na cidade do México, a I Assembléia Mundial de Presidentes de Associações de Relações Públicas, com a presença de mandatários e representantes de 34 associações nacionais. Esse evento foi promovido pela Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas (FIARP) e pela Associação Mexicana de Relações Públicas. Na ocasião foi aprovado o que se resolveu chamar “Acordo do México”, que conceitua o exercício profissional de Relações Públicas.”

conjunto forma o “ambiente” geral no qual estão inseridos a *organização* e seus *públicos*.

Embasado na análise dos dados do *briefing*, das auditorias de opinião, de *comunicação*, de cultura, de imagem e da pesquisa institucional, o profissional de Relações Públicas pode “*diagnosticar*” os pontos fracos e fortes da organização. E partindo desse *diagnóstico* são traçadas as metas da comunicação conforme os objetivos da organização.

Cabe ao profissional de Relações Públicas definir os planos, coordenar os programas e os projetos de *comunicação*, estipular os prazos, montar o orçamento geral, divulgar e implementar o plano de comunicação, definir formas de controle das ações, avaliar os resultados e fazer os reajustes de acordo com o que foi planejado.

O potencial das Relações Públicas mora na sua capacidade de ligar-se e trabalhar em parceria com outras “*sub-áreas*” da *comunicação organizacional*, agindo assim, numa perspectiva da *comunicação integrada* - que é somatória da *comunicação* administrativa com a *comunicação* institucional, onde está localizada as Relações Públicas e mais ainda, a *comunicação* mercadológica -. A união destas atividades regidas por uma política global em torno de um *objetivo* geral, respeitando também os *objetivos* de cada setor, serve para poupar esforços, recursos materiais e financeiros. Sem contar que uma organização que tem um setor de *comunicação* integrado, que coordena ações e esforços, poderá mais facilmente fortalecer seu conceito institucional, mercadológico e corporativo junto à sociedade.

No próximo tópico veremos como outros conhecimentos, relacionados com o projeto da revista, podem servir para o profissional de Relações Públicas.

3. Produção editorial, planejamento gráfico e a atividade de Relações Públicas

O tratamento da informação é muito importante na prática da atividade de Relações Públicas, portanto, disciplinas relacionadas ao planejamento gráfico e outras relacionadas à produção editorial deveriam ser priorizadas no curso de Comunicação Social. Esses conhecimentos dariam mais agilidade e propriedade ao profissional que trabalha a informação em vários instrumentos de comunicação.

Como já foi dito no tópico anterior, “*a matéria-prima das Relações Públicas é a informação*”, e sua transmissão acontece pelos *meios* ou *instrumentos* de comunicação. As informações podem ser textuais ou não, claras ou obscuras, redundantes ou não, entretanto, é através da troca de informações que a atividade de Relações Públicas exerce o poder institucional.

O curso de Relações Públicas deveria atentar-se e desenvolver melhor as disciplinas de planejamento gráfico e demais disciplinas relacionadas à produção editorial, visto que, é muito recorrente a profissão e ao profissional a necessidade de elaborar informativos, jornal-mural, *house-organ*, painéis, *web-site*, revistas e até livros.

A produção editorial corresponde ao conjunto de ações envolvidas na edição das obras impressas ou eletrônicas. O produtor editorial é o agente responsável pela produção de registros impressos, sonoros, audiovisuais e digitais; esse profissional precisa conhecer todas as fases do processo de produção de livros, revistas, catálogos, folhetos, *web-sites* entre outros produtos. É o produtor editorial que define com o autor o formato do texto e como será sua apresentação gráfica, escolhendo as cores, a tipologia, o papel, a paginação, as fotos ou ilustrações. Cabe a este profissional também administrar os recursos financeiros do processo, definir a tiragem, a periodicidade e a distribuição dos produtos.

A profissão de produção editorial exige muitos conhecimentos, mas, apesar disso, existem poucos cursos de graduação no país. De acordo com BOCCHINI (1997, p.99), a maioria desses profissionais que atuam na editoração não têm formação acadêmica, o que não os impede de desempenhar bem essa profissão. Uma publicação bem realizada, com

qualidade e beleza, depende do cuidado na produção editorial, visto que, algumas fases do processo demandam tratamento artesanal; além do que a melhor execução de uma publicação está condicionada ao modo como o produtor editorial percebe e materializa a obra a partir do *original*.

Para o profissional de Relações Públicas, conhecimentos sobre produção editorial ajudariam muito na escolha dos instrumentos e das mídias, dariam noção sobre os custos dos projetos editoriais ajudando-o a orçar e destinar recursos; tais conhecimentos sobre produção editorial também são úteis na organização dos textos originais, visto que existe um padrão para estes.

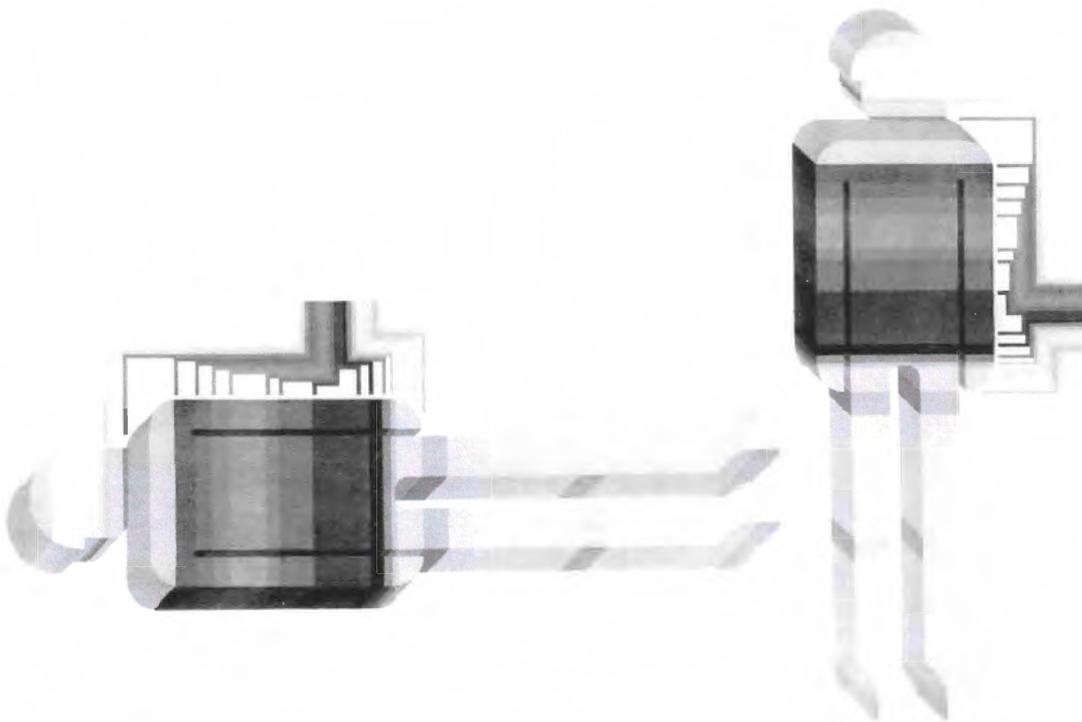
Ao se observar que a atividade de Relações Públicas precisa desenvolver capacidades de produção editorial para tornar-se mais ágil e expandir seus domínios, idealizamos que essas *sub-áreas* de *comunicação* possam trabalhar juntas em torno de um objetivo geral, sob a perspectiva da *comunicação integrada* recomendada pela KUNSCH (1992, p.120-123). Sem qualquer pretensão de disputar espaço com estes profissionais tão importantes e necessários para a indústria publicitária e de propaganda, livreira, de discos, CDs, CD-ROM, microfilmes, videotextos, bem como o destacado papel cultural exercido pelo produtor editorial³⁰.

O profissional de Relações Públicas, conhecendo bem os fundamentos do planejamento gráfico, ganharia tempo e autonomia, pois ele próprio seria capaz de diagramar de modo satisfatório um jornal, uma revista, um informe, um *web-site*.

Conhecimentos sobre: textologia, psicologia das cores, pregnância das formas, semiótica, organização espacial entre outros, abririam ao profissional de Relações Públicas alternativas para codificar, enviar e receber informações. Para que o profissional de Relações Públicas ajude a criar uma identidade visual para organização é preciso que conheça a "sintaxe" da linguagem visual, considerando que esses conhecimentos trazem confiança e propriedade ao profissional no momento de escolher a tipologia dos impressos, as cores do *web-site* ou as cores e formas do próprio ambiente de trabalho, contribuindo assim para criação do clima organizacional.

³⁰ Veja *Livros, Editoras & Projetos*.

Perceba o impacto que podem causar soluções criativas, como uma elaborada ilustração gráfica HURLBURT (1986, p.124-25) expondo os



resultados de uma pesquisa, e como este tipo de exposição gráfica pode atrair a atenção para os dados coletados, considerando a valorização das pesquisas quantitativas em nossa sociedade cartesiana.

E mesmo que o profissional de Relações Públicas não queira ou não consiga executar projetos gráficos, ele deve, ao menos, saber interpretar informações não-textuais e saber o quão importante são elas pra *comunicação*.

Novamente não propomos que o profissional de Relações Públicas dispute espaço *com*, mas que seja capaz de propor parcerias a outros profissionais, como o *designer gráfico*. E sobre este último veja o pensamento de Philippe Starck um importante designer francês, citado por CARMEL(2000), “*Creio ser tarefa do designer passar mais tempo produzindo signos... e menos produzindo objetos*”. Nesse sentido *designer* e *Relações Públicas* podem trabalhar juntos criando signos, dando valor e sentido as “*coisas*”. Acredita-se que a aprendizagem, dos códigos da linguagem visual e a compreensão dos cânones do design moderno, ajudam o profissional de Relações Públicas a

escolher novas linguagens, abrindo novas possibilidades para atingir diversos e específicos públicos.

Levantar ao curso de Relações Públicas a necessidade de incluir e/ou desenvolver melhor disciplinas relacionadas com produção editorial e planejamento gráfico está apoiada no seguinte raciocínio: segundo SIMÕES (1987, p.84), “*administrar a função política*” corresponde, no fundo, à essência das Relações Públicas. No entanto, a administração da função política é algo muito abstrato e da maior importância para uma *organização*, de modo que, tamanha responsabilidade não pode ser confiada ao profissional de Relações Públicas assim “*de bandeja*”, especialmente ao que está estreando e precisa provar sua qualidade; deste modo, “*administrar a função política*” corresponde a uma *situação ideal* da atividade.

Ainda segundo este autor, “*administrar a comunicação*” e seus instrumentos correspondem à aparência das Relações Públicas, logo, compreender o processo de comunicação e saber utilizar seus *instrumentos* seria o caminho mais fácil para “abrir” espaço dentro de uma organização. Grosso modo, ações “instrumentais” e direcionadas, como a produção de um material impresso, de uma revista ou de um web-site, quando bem executados, tornam-se resultados mais “palpáveis” e podem trazer ao profissional de Relações Públicas novas possibilidades e/ou maiores responsabilidades.

Quando propomos ao curso de Relações Públicas que direcione também sua atenção às técnicas do planejamento gráfico e de produção editorial, não esta se propondo que a atividade de Relações Públicas abandone sua essência para virar uma atividade meramente instrumental, mesmo porque, tal proposta seria um retrocesso. Somente estamos considerando como esses conhecimentos poderiam facilitar a vida desse profissional que se usa da *informação*, através dos mais diversos *veículos de comunicação*.

No próximo tópico explicaremos o por quê das Relações Públicas no projeto político que é uma revista acadêmica.

4. Relações públicas neste projeto

O Curso de graduação de Comunicação Social da UFPR – habilitação em Relações Públicas proporciona uma formação humanista. Na sua grade curricular estão disciplinas que permitem aos alunos entrar em contato com o vasto *conhecimento* produzido nas áreas das *ciências sociais e humanas*, trazendo também disciplinas ligadas aos desdobramentos técnicos e tecnológicos do conhecimento científico. Somando as ementas das disciplinas obrigatórias e optativas do curso de Relações Públicas pode-se formar um profissional capaz de enfrentar as mais diversas empreitadas.

A *produção e difusão do conhecimento* são, grosso modo, a função social e política da universidade. Em se tratando de um projeto de um periódico acadêmico universitário promovendo a política de uma *instituição de ensino superior*, difundindo parte do *conhecimento* nela produzido e visando aumentar o prestígio de um Departamento, respaldando um curso de graduação, faz-se necessária a utilização das *teorias e técnicas* de Relações Públicas, especialmente no momento de planejar estrategicamente a *comunicação*, potencializando as ações deste projeto cultural e ao mesmo tempo político.

Lendo e observando a estrutura de algumas editoras universitárias, descobrimos que normalmente uma editora universitária divide-se em três setores: editoração, divulgação e distribuição. BUFREM (2001 p.28). Desses a distribuição parece ser o mais problemático para uma editora universitária isso talvez pela sua impossibilidade de emitir nota fiscal - por ser órgão público-, mas também pela falta de planejar estrategicamente a *comunicação*. Um gerenciamento da *comunicação* poderia aumentar muito o alcance das publicações desse tipo de editora. Tratando sobre *comunicação* da universidade, a autora Margarida KUNSCH (1992), idealizou um planejamento de Relações Públicas, na perspectiva da comunicação integrada.

Fazendo parte da equipe de produção de uma revista o profissional de Relações Públicas pode e deve ser muito aproveitado. Os conhecimentos da área permitem participação tanto na diagramação e no planejamento gráfico da revista como na produção de textos. Esse profissional pode também ajudar na publicação revelando a filosofia e os valores da *instituição* e, assim, ajudando a definir uma política editorial; pode, ainda, utilizar “técnicas” e instrumentos de

Relações Públicas para divulgar e promover a publicação perante seus públicos. O profissional de Relações Públicas poderia buscar parcerias com outras *instituições*, co-edições, patrocínios e outras formas de financiamento, sem, contudo, deixar de preservar sua política editorial, não cedendo a qualquer pressão política.

O “bom” relacionamento de uma *instituição* e seus *públicos* é conquistado e reafirmado dia a dia através da troca de informações, por isso, a atividade de Relações Públicas desenvolveu a preocupação com a continuidade, considerando o desdobramento infinito da *informação*; da mesma maneira uma publicação periódica deve ter a preocupação com sua evolução e com sua continuação.

Para participar da equipe da revista vale ainda destacar a maleabilidade da atividade de Relações Públicas, capaz de ligar-se a outras habilitações da *comunicação social*, trabalhando numa perspectiva de *comunicação integrada*, evitando a repetição de tarefas e, assim, poupando esforços e *recursos* materiais.

Neste próximo tópico apresentamos a proposta da revista do DECOM.

5. Proposta da revista

A proposta para o Departamento de Comunicação Social da UFPR faz parte de um projeto político e cultural correspondente a uma revista idealizada, concebida, diagramada e produzida pelo esforço conjunto de professores e alunos do Departamento, aproveitando-se dos conhecimentos, das experiências e da mão-de-obra.

A revista do DECOM poderá ser um veículo para dar vazão à produção acadêmica universitária e também para a produção intelectual, artística e literária de dentro e de fora da UFPR. A princípio, a publicação poderia trazer artigos científicos, ensaios, crônicas, críticas literárias, textos de literatura e jornalísticos, assim como gravuras e desenhos de qualquer pessoa, da *Universidade* ou não, que encaminhe e submeta sua produção ao julgamento do Conselho Editorial.

A cara da publicação, suas funções e linhas editoriais devem aparecer conforme o andamento e amadurecimento deste *projeto*. A publicação deve ser comprometida com as finalidades da Universidade, sem qualquer preocupação mercadológica e sem preconceitos, a ponto de se tornar um *espaço* experimental e utópico.

5.1 Formalização do periódico

Para a formalização do periódico precisamos seguir a RESOLUÇÃO Nº 32/04-CEPE - que estabelece regimento do programa institucional de apoio à publicação de periódicos científicos da Universidade Federal do Paraná. E de acordo com esta resolução

“Parágrafo único: Será considerado periódico ligado institucionalmente à UFPR aquele que, através de Chefia de Departamento, Coordenação de Curso de Graduação ou de Pós-Graduação, cadastrar-se junto a PRPPG. O pedido de cadastro deverá ser encaminhado com extrato de ata da instância correspondente – Plenária Departamental, Colegiado de curso de Graduação, Colegiado de Programas de Pós-Graduação stricto sensu – que indicou o periódico como institucional”.

[p.1 da minuta anexada]

Além disso, precisamos do ISSN – International Standard Serial Number – que é uma numeração (de 8 dígitos numéricos) atribuída a publicações periódicas registradas no IBCT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia situado em Brasília/DF.

O registro internacional para periódicos, é conseguido junto ao IBCT pelo site (sítio) www.ibct.gov.br. O IBCT é um órgão totalmente independente da EAN BRASIL, porém as editoras que possuem números ISSN em suas publicações poderão convertê-los em códigos de barras EAN-13, seguindo as regras do Sistema EAN.UCC.

As editoras de publicações periódicas têm duas opções para identificar com o código de barras suas; revistas; jornais; anuários, entre outros.

5.2 Política editorial e o estatuto da publicação

A política editorial que vai definir as funções e linhas da publicação deve ser orientada pela *filosofia* da UFPR, em acordo com as finalidades dessa *instituição social*.

O estatuto da publicação ainda precisa ser discutido e criado, de antemão, por se tratar de uma universidade pública o que deve prevalecer é o interesse público.

5.3 Corpo da Revista

5.3.1 Conselho Editorial

O Conselho Editorial é o órgão responsável pela política editorial e a sua qualidade é um dos critérios preliminares da Capes(Qualis). O Conselho deve ser compatível a circulação do periódico (internacional, nacional, local), também é valorizada a maturidade científica e senioridade em pesquisa dos conselheiros. O Conselho também é uma das condições para o periódico receber o apoio da UFPR.

O ideal é que o Conselho Editorial da revista seja formado por professores do DECOM, mas que a maioria de conselheiros seja de fora. Podemos convidar professores de outros Departamentos afins como, por exemplo, o DESIGN e o DEARTES. Também é ideal que este Conselho seja

formado por membros de outras *instituições de ensino superior*, assim como alguma representação do corpo discente e ainda uma representação “de fora” do meio acadêmico, alguém da comunidade.

O Conselho Editorial ou Comissão Editorial precisa se manter independente e jamais se submeter “às *injunções políticas do poder*”, segundo BUFREM (2001), quando fala sobre esse órgão. E, de acordo com BUFREM (2001, p.297), “*Ao conselheiro caberia examinar a política local, examinar os textos e dar pareceres por escrito...*”. O Conselho deve reunir-se e discutir os *trabalhos*, podendo ser adotado um sistema de votação aberta.

Os trabalhos podem ser encomendados pelo Conselho, pois algumas revistas escolhem um tema para cada publicação. O desejável é que o conselheiro seja ágil, e, portanto seria interessante que esse tomasse a postura de “olheiro”, capaz de fazer contato com o possível colaborador e incitá-lo a apresentar sua produção para avaliação. Esse Conselho Editorial deve estar cercado e amparado por conselheiros *ad hoc*, estudiosos e autoridades, para ajudá-lo numa seleção que envolva assuntos mais “específicos”.

O Conselho Editorial faz-se necessário, a fim de que sejam mantidas a política editorial e a qualidade da publicação. Caso a publicação seja aberta a qualquer pessoa que apresente o seu *trabalho - sua produção -*, o Conselho Editorial deve garantir transparência e imparcialidade nas escolhas, visto que a importância da publicação está ligada a essas garantias de igualdade e autonomia. De qualquer forma, o conselho deve servir para estimular a qualidade dos trabalhos e não para inibir o processo de criação.

5.3.2 Outros conselhos ou comissões

A revista deve formar outros conselhos ou comissões, como o administrativo. Também pode criar uma comissão que sirva para divulgar a publicação, capaz de promover eventos, e de buscar *apoios e parcerias*.

Também podemos criar uma *comissão* para avaliar o projeto gráfico da publicação, capaz de dar o apoio técnico no caso da publicação eletrônica, ajudando na editoração.

5.4 Produção editorial e planejamento gráfico

O planejamento gráfico da revista seria desempenhado por alunos e professores, motivando e desenvolvendo disciplinas relacionadas às *artes gráficas*.

A editoração da revista poderá ser feita no DECOM, seguindo, em partes, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para publicação de periódicos científicos, contudo, deve-se trabalhar o *layout* da página, dando o tratamento gráfico adequado e tramando os espaços, pois estes são *conhecimentos* artísticos, “técnicas” e tecnologias desenvolvidas no curso de Comunicação Social da UFPR.

Mesclar os critérios e normas da ABNT com as *escolhas artísticas* do planejamento gráfico é um dos desafios, um ponto delicado que precisa ser debatido pela equipe do periódico. Precisamos definir se o planejamento deve estar compatível ou não com os critérios necessários para que a publicação possa, algum dia, ser reconhecida e indexada nos índices internacionais ou para procurar apoio junto a CNPq/FINEP e/ou ser admitida na coleção SieELO Brasil e constar em sua biblioteca eletrônica e também no Portal de Periódicos da CAPES ³¹.

Dos 25 periódicos da UFPR, apenas 11 são produzidos pela Editora UFPR. Entretanto, existe muita vontade por parte da PRPPG e uma tendência para que a editoração e publicação de todas as revistas sejam feitas pela editora universitária.

Podemos aproximar o curso de Comunicação Social da Editora UFPR, pois há seis anos esta editora tem um programa de *estágio para a revisão de textos*, no qual seleciona, para estágio de 20 horas semanais com contrato de seis meses, alunos do curso de Letras a partir do 3º ano. Sabemos que o curso de Comunicação Social tem disciplinas relacionadas à produção editorial e ao planejamento gráfico, e dessa forma, o DECOM tem condições de propor

³¹ A CAPES (Qualis) tem muitos critérios: dá privilégio à pesquisa em face de outros gêneros de texto, prioriza o texto inédito, dá prioridade à descoberta científica contra o escoamento da própria *instituição*, analisa a qualidade do conselho editorial. Efetiva a revisão dos trabalhos por *pares*, considera o predomínio de autores de fora da *instituição*, considera a qualidade dos trabalhos e seu impacto e também considera a circulação efetiva do periódico, que deve constar em todas as bibliotecas de pós-graduação da área.

parcerias com a editora da Universidade³², procurando integrar o ensino com atividades práticas, oferecendo seus alunos e professores para colaborar na editoração de livros e revistas.

5.5 Periodicidade

A periodicidade é uma questão fundamental para conseguir a aprovação no “*Programa Institucional de Apoio à Publicação de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Paraná*”.

Manter a periodicidade é uma questão fundamental para que periódico seja “bem visto”. A periodicidade é uma exigência para a indexação em catálogos. A coleção SciELO Brasil estabelece critérios [anexado], para que periódicos científicos sejam admitidos e permaneçam nessa coleção eletrônica, um dos critérios é a periodicidade que deve ser semestral para figurar nessa biblioteca na área das Ciências Humanas.

5.6 Custeamento

Para custear a revista do Departamento podemos recorrer ao “*Programa Institucional de Apoio à Publicação de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Paraná*”, que auxilia a publicação de 25 revistas científicas da UFPR com apoio financeiro e técnico.

Para o ano de 2005, o Tesouro Nacional destinou 130 mil reais para esse Programa. Conforme a minuta [p.2-anexada], a assembléia se reunirá no primeiro semestre de 2005 para, entre outras atribuições, credenciar os periódicos que participarão do Programa. Então, é necessário que os membros do DECOM se mobilizem formando uma equipe e produzindo a primeira revista exclusivamente eletrônica e facilitando sua entrada no Sistema Eletrônico de Revistas (SER) [anexado]. Esse sistema utiliza-se de um *software* livre (*Open Journal System*) que permite o acesso às revistas de qualquer parte do mundo e facilita a submissão de artigos, eletronicamente, para a avaliação.

³² BUFREM sobre a editora laboratorial Com-Arte da ECA-USP e Projeto Oficina Editorial da UFPR (2001, p.237)

A tiragem das revistas que o Programa ajuda é de no mínimo 500 e no máximo 1000 exemplares. O Sistema de Bibliotecas da UFPR - SIBI fica com parte dessa tiragem para a *permuta*, prática que tem quase duas décadas, com *instituições de ensino superior* de todo o Brasil e de mais 72 países.

A *permuta* é feita com todas as *universidades federais* e com todas as *PUC's*, além de muitas *estaduais* e algumas *faculdades particulares*. O controle destas trocas é feito através de um *software* desenvolvido na própria UFPR e a responsável pela *permuta* é Maria Klock do SIBI. Ela é quem faz o contato e seleciona as publicações, recebidas via *correios*, checando se estão cadastradas em sites (sítios) de pesquisa, se o periódico tem abrangência local ou nacional, considerando a autoridade dos colaboradores (pesquisadores), se são sumidades na área e/ou através de indicações de professores da UFPR.

No sistema de *permuta*, preferivelmente, as trocas são feitas por periódicos similares. Esse é um ponto favorável para a criação de uma revista na área da Comunicação Social, visto que, chegam ao SIBI algumas revistas nesta área e não podem ser retribuídas. A *permuta* é muito interessante para a *Universidade Federal do Paraná* porque, além de divulgar seus periódicos, esta prática economiza o dinheiro que seria gasto caso fosse assinado esses 2760 [anexado], periódicos científicos que chegam de todo o Brasil e do mundo.

Além de contar com o “*Programa Institucional de Apoio à Publicação de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Paraná*”, precisamos descobrir outras formas de financiar este projeto. Poderíamos criar uma comissão para divulgar a publicação e também buscar *apoios* e parcerias com *instituições* privadas, sem nunca aceder a pressões políticas.

Considerações finais

A função da universidade é promover a renovação e difusão do *saber*, mas foram poucas as vezes em que essa produção foi *socializada*. O desejo do projeto, objeto desta pesquisa, é agilizar a criação de um periódico acadêmico universitário que seja capaz de estabelecer diálogo entre a Universidade e outras *fontes* de produção de *conhecimento*.

Por ser um projeto cultural e como, todo projeto cultural é político, podemos perceber a utilidade das Relações Públicas, seja na produção ou na “amplificação” da publicação. Estabelecer contato com os públicos externos, também é uma necessidade para a universidade se essa deseja participar da vida da Cidade.

Um grande desafio que se apresenta, fora as questões financeiras, está na concepção de uma revista interessante e “justa” para públicos de dentro e de fora da universidade. Acreditamos que melhor seria se a revista tivesse um viés artístico e multidisciplinar, com apresentações na linguagem acadêmica científica junto com o texto “livre” e informações não-textuais, assim, atingiríamos diferentes públicos.

Essa publicação pode fazer evoluir disciplinas relacionadas à editoração, além de aproximar o Departamento de Comunicação Social dos outros *espaços* da UFPR. Esse contato, por sua vez, pode estimular o crescimento do nosso Departamento. Ademais, se a publicação estiver comprometida com as funções sociais e política da universidade e for tratada como um instrumento de transformação, capaz de mostrar e incitar temas diversos junto à *opinião pública*, promovendo debates e discussões sobre democracia, responsabilidade social, questões de gênero, ética, estética e artes, teremos neste *veículo* e uma oportunidade de delinear a causa da existência do curso de Comunicação Social da UFPR.

Desejamos que a publicação venha acontecer e desdobre-se entre encontros públicos, correspondência eletrônica e/ou em debates públicos. Contudo, desejamos também que esta publicação permita sempre a troca de *informações*, de *conhecimentos* e de *culturas*. Circulando *informações* na sociedade e envolvendo cada vez mais pessoas no processo de criação,

aceitando isso como uma necessidade no processo de transformação histórica e assim ajudando na luta pela democracia política e também econômica.

Além do mais, trocando *conhecimentos* podemos encontrar nosso próprio caminho e ganhar nossa autonomia, seja negando ou aceitando o que aprendemos. Ficamos na torcida para que o *conhecimento* não se encerre numa *torre* e, se alguém mora nessa *torre*, descubra logo que a única coisa que faz dela maior que o mundo é o fato de estarmos aprisionados no seu interior.

Referências

ALBUQUERQUE, Adão Eunes. Planejamento das Relações Públicas. 2.ed., Porto Alegre: Sulina, 1983.

ALCURE, Lenira; FERRAZ, Maria N.S.; CARNEIRO, Rosane. Comunicação verbal e não-verbal /. Rio de Janeiro: SENAC/DN/DFP, 1996. 80p. II.

AZEVEDO, Wilton. O que é design /Wilton Azevedo - São Paulo: Brasiliense, 1998-(Coleção primeiro passos; 211)

BUFREM, Leilah Santiago. Editoras Universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática / Leilah Santiago Bufrem - São Paulo: Edusp: Com-Arte; Curitiba: Editora da UFPR, 2001.428p

CARMEL- Arthur, Judith. Philippe Starck. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2000.

CHAMPAGNE, Patrick. Formar a opinião: o novo jogo político – Rio de Janeiro: Petrópolis, Cazes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas /Marilena Chauí. - São Paulo: Moderna, 1980.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas /Marilena Chauí. –5.ed.- São Paulo:Cortez,1990.(Biblioteca da educação. Série 6. Filosofia.V.2).

COLLARO, Antonio Celso. Projeto Gráfico. 3. ed., ver. e aum., São Paulo: Summus, 1996

DONDIS, Donis A. Sintaxe da Linguagem Visual /Donis A. Dondis: (tradução Jefferson Luiz Camargo).–2.ed.-São Paulo: Martins Fontes,1997- (coleção a) Título original: *A primer of visual literacy*.

FARIA, Ricardo de Moura – História /Ricardo, Adhemar, Flávio.-Belo Horizonte, MG:ED.Lê, 1993.

FERREIRA, Jerusa Pires; GUINSBURG, Jacó; BOCCHINI Maria Otilia, FILHO MARTINS, Plínio. Livros, Editoras e Projetos. - São Paulo: Ateliê Editorial: Com-Arte; São Bernardo do Campo, SP: Batira,1997.

FREITAS, Ricardo Ferreira - Desafios contemporâneos em comunicação: perspectivas de Relações Públicas / Ricardo Ferreira Freitas, Luciane Lucas dos Santos–São Paulo: Summus, 2002 – (Novas buscas em comunicação; v.65)

HURBURT, Allen. Layout: o design da página impressa/Allen Hurlburt; (tradução Edmilson O. Conceição, Flávio M. Martins.) – São Paulo: Nobel, 2002.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling - Universidade e comunicação na edificação da sociedade / Margarida M. Krohling Kunsch – EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1992

_____ - Planejamento de relações públicas na comunicação integrada / Margarida M. Krohling Kunsch.- São Paulo: Summus, 1986. (Novas buscas em comunicação; v. 17) Bibliografia. 1.Relações públicas I. Título. II.Série.

LESSA, Washington Dias. Dois estudos de comunicação visual: Amílcar de Castro/Washington Dias Lessa. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

NOVAES, Adauto organizador / A crise da razão - São Paulo: Companhia da Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura: Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

OLIVEIRA, Marina – Produção gráfica para designers/ Marina Oliveira.-Rio de Janeiro: 2AB,2002(2ª Edição) 136p.:il; 13cm x 21cm (Série Oficina)

SIMÕES, Roberto Porto – Relações Públicas: função política.-2.ed.-Sagra, Feevale, 1987. 197p.

SOUZA, Arlindo Pinto de. org. FERREIRA, Jerusa Pires.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte,1995.64p.- (Editando o editor; 4)

TOMAZI, Nelson Dacio. Iniciação à Sociologia. São Paulo: Atual, 1993, 250p.

VILLAS-BOAS, André. Utopia e Disciplina/André Villas-Boas – Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

_____.O que é e o que nunca foi: the dub remix/André Villas-Boas.– Rio de Janeiro: 2AB; 1999.

WILLIAMS, Robin. Design Para Quem Não é Designer. 2. ed., São Paulo, Callis, 1995.

Sites

BURKE, Peter - Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna - Disponível em <http://www.escritoriadolivro.org.br/historias/burke.html>
Acessado em 07 de novembro de 2004

CHAUÍ, Marilena -Universidade: Autonomia e inovação. Disponível em <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=15583>
Acessado em 07 de novembro de 2004

CHAUÍ, Marilena - A Universidade Operacional. Disponível em http://www.enecos.org.br/docs/universidadeoperacional_mchaui.doc
Acessado em 07 de novembro de 2004.

CHILDS, Harwood L. - Que é opinião pública? - Disponível em <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/opiniaopublica/0110.htm>
Acessado em 14 de novembro de 2004

DE NERVAL, Gérard - Acerca da Imprensa. - Disponível em <http://www.escriitoriodolivro.org.br/historias/nerval.html>
Acessado em 07 de novembro de 2004

FEENBERG, Andrew - A teoria crítica da tecnologia – Disponível em <http://www.sfu.ca/~andrewf/portChapter7.htm>
Acessado em 20 de novembro de 2004

Minuta anexada - Disponível em <http://www.prppg.ufpr.br/index.html>
Acessada em 07 de novembro de 2004

TEOBALDO DE SOUZA ANDRADE, Cândido - Exercício profissional de Relações Públicas segundo o “Acordo do México” - Disponível em <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/teoriaeconceitos/0024.htm>
Acessado em 08 de dezembro de 2004

Critérios SciELO Brasil – Disponível em http://www.scielo.br/criteria/scielo_brasil_pt.html
Acessado em 15 de novembro de 2004

Anexo 1

Disponível em

<http://www.prppg.ufpr.br/index.html>**RESOLUÇÃO Nº 32/04-CEPE**

Estabelece regimento do programa institucional de apoio à publicação de periódicos científicos da Universidade da Universidade Federal do Paraná.

O **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** da Universidade Federal do Paraná, órgão normativo, consultivo e deliberativo da administração superior, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, consubstanciado no disposto no parecer nº 84/04 dado no processo nº 41996/03-15 e por unanimidade de votos,

RESOLVE:**TÍTULO I
DA DEFINIÇÃO E DOS OBJETIVOS**

Art. 1º O Programa Institucional de Apoio à Publicação de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) é o mecanismo que fomenta e gere a política institucional da UFPR em relação aos seus periódicos científicos.

§ 1º Será considerado periódico ligado institucionalmente à UFPR aquele que, através de chefia de departamento, coordenação de curso de graduação ou de pós-graduação, cadastrar-se junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG).

§ 2º O pedido de cadastro deverá ser encaminhado com extrato de ata da instância correspondente – plenária departamental, colegiado de curso de graduação, colegiado de programas de pós-graduação *stricto sensu* – que indicou o periódico como institucional.

Art. 2º São objetivos gerais do Programa:

I- apoiar financeiramente a publicação dos periódicos ligados institucionalmente à UFPR;

II- apoiar tecnicamente a publicação dos periódicos ligados institucionalmente à UFPR;

- III-garantir a qualidade dos periódicos ligados institucionalmente à UFPR;
- IV- divulgar e garantir a circulação dos periódicos ligados institucionalmente à UFPR, seja por meio de permuta, vendas ou doações; e
- V-reunir esforços dispersos que permitam uma otimização dos recursos destinados à publicação dos periódicos ligados institucionalmente à UFPR.

Art. 3º São objetivos específicos do Programa:

I- os compromissos registrados no art. 2º tem como objetivo maior regularizar a periodicidade de publicação dos periódicos institucionais possibilitando desta forma a solicitação de apoio financeiro pelos programas das agências de fomento;

II- o pré-requisito para que os periódicos possam participar deste programa é comprovarem o encaminhamento de solicitação de apoio às agências de fomento nacional e estadual e da mesma forma comprovarem a negativa de obtenção deste apoio; e

III-o programa deve também incentivar os editores para captação de recursos externos de apoio à publicação de periódicos de forma a complementar os recursos financeiros necessários para manutenção da periodicidade dos periódicos institucionais.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º O Programa terá a seguinte estrutura organizacional:

- I- Assembléia;
- II- Conselho; e
- III-Coordenação.

Art. 5º A Assembléia será composta por:

- I- todos os editores de periódicos científicos ligados institucionalmente à UFPR;
- II- o diretor da Editora UFPR;
- III-01 (um) representante da PRPPG; e
- IV- 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas (SIBI).

Art. 6º O Conselho será composto por:

- I- 04 (quatro) representantes titulares e 02 (dois) suplentes dos editores dos periódicos científicos ligados institucionalmente à UFPR indicados pela Assembléia;
- II- o diretor da Editora UFPR;
- III-01 (um) representante indicado pela PRPPG; e
- IV- 01 (um) representante indicado pelo SIBI.

Art. 7º A Coordenação será exercida, pelo representante da PRPPG como coordenador e pelo diretor da Editora UFPR como vice-coordenador.

TÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES E DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I ASSEMBLÉIA

Art. 8º São atribuições da Assembléia:

I- indicar quatro representantes titulares e dois suplentes dos Editores dos periódicos científicos ligados institucionalmente à UFPR para compor o Conselho do Programa;

II- deliberar sobre os critérios estabelecidos anualmente pelo Conselho para credenciar os periódicos que participarão do Programa e aprová-los;

III- aprovar a aplicação desses critérios, ratificando a lista de periódicos credenciados para participação no Programa;

IV- definir anualmente as diretrizes gerais de aplicação dos recursos do Programa; e

V- aprovar a prestação de contas anual.

Art. 9º A Assembléia se reunirá ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho, pela Coordenação ou 1/3 (um terço) dos editores dos periódicos científicos ligados institucionalmente à UFPR:

I- a Assembléia funcionará, em primeira chamada, com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros e, em segunda chamada, realizada 30 minutos após a primeira, com no mínimo 03 (três) membros presentes;

II- as decisões da Assembléia serão tomadas por maioria simples;

III- as votações serão abertas;

IV- a reunião ordinária do primeiro semestre deverá necessariamente aprovar os critérios de credenciamento para o ano seguinte e a prestação de contas do ano anterior; e

V- a reunião ordinária do segundo semestre deverá necessariamente aprovar a lista de periódicos credenciados para participação no Programa no ano seguinte.

CAPÍTULO II CONSELHO

Art. 10. São atribuições do Conselho:

I- estabelecer anualmente os critérios de credenciamento, encaminhando-os à Assembléia para deliberação e aprovação;

II- divulgar, após aprovação pela Assembléia, os critérios de credenciamento;

III- aplicar os critérios estabelecendo anualmente a lista de periódicos credenciados, encaminhando-a à Assembléia para deliberação e aprovação;

IV- divulgar, após aprovação pela Assembléia, a lista de periódicos credenciados;

V- definir os critérios de aplicação dos recursos oriundos do orçamento, do Fundo de Desenvolvimento Acadêmico (FDA) e de outros programas acadêmicos assemelhados, encaminhando-os à Assembléia para deliberação e aprovação;

VI- gerenciar a aplicação dos recursos do Programa de acordo com a definição da Assembléia; e

VII- receber da Coordenação e analisar a prestação de contas anual, encaminhando-a à Assembléia para deliberação e aprovação.

Art. 11. O Conselho fará reuniões ordinárias a cada dois meses e extraordinárias quando convocadas pela Coordenação.

I- o Conselho funcionará com a presença de pelo menos 04 (quatro) de seus membros, sendo pelo menos 02 (dois) deles necessariamente representantes dos editores dos periódicos científicos ligados institucionalmente à UFPR indicados pela Assembléia;

II- as decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples;

III- as votações serão abertas; e

IV- o mandato dos representantes dos editores será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução sucessiva.

CAPÍTULO III COORDENAÇÃO

Art. 12. São atribuições da Coordenação:

I- convocar, dirigir e secretariar as reuniões da Assembléia e do Conselho;

II- administrar os recursos financeiros do Programa;

III- elaborar prestação de contas anual tanto dos recursos financeiros como dos resultados acadêmicos do Programa, encaminhando-a para o Conselho; e

IV- preparar anualmente, a partir dos dados de financiamento fornecidos pelos editores, uma previsão da necessidade de complementação de verbas a ser feita pelo Orçamento da UFPR, pelo FDA e por outros programas acadêmicos assemelhados.

Art. 13. A Coordenação terá funcionamento permanente e estará sediada na PRPPG, mais especificamente na Coordenadoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

CAPÍTULO IV ATRIBUIÇÕES DOS RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DOS PERIÓDICOS CREDENCIADOS NO PROGRAMA

Art. 14. São atribuições dos editores:

I- realizar os trabalhos editoriais que garantam a qualidade acadêmica dos periódicos;

II- encaminhar projetos às agências de fomento nacionais e estaduais;

III- quando optar por fazer uso do apoio técnico da Editora, entregar os originais de cada fascículo à Editora no primeiro mês do período correspondente à sua publicação para que o periódico se mantenha estritamente atualizado; e

IV- aprovar os serviços necessários para a confecção do periódico.

Art. 15. São atribuições da Editora:

I- compor a Coordenação do Programa, juntamente com a PRPPG;

II- dar apoio técnico para a produção dos periódicos, elaborando orçamentos, contratando e fiscalizando os serviços necessários para tal fim, tais como editoração eletrônica, revisão, criação de capa, fotolitos, impressão, acabamento e outros necessários; e

III- fazer a distribuição do periódico nos termos acordados com cada editor.

Art. 16. São atribuições da PRPPG:

I- compor a Coordenação do Programa, juntamente com a Direção da Editora UFPR;

II- representar o Programa junto à Administração Superior, negociando a dotação orçamentária anual que complemente os recursos obtidos junto às agências de fomento para o funcionamento do Programa;

III- representar o Programa junto ao Comitê Gestor do FDA, ou de outros programas acadêmicos assemelhados, negociando a destinação de recursos suplementares aos conseguidos junto às agências de fomento que permitam o funcionamento do Programa;

IV- apoiar os Editores na elaboração de projetos e no encaminhamento de prestação de contas junto às agências de fomento à pesquisa;

V- cadastrar os periódicos institucionais que poderão requerer seu credenciamento anual e cujo editor possa compor a Assembléia; e

VI- proporcionar, junto com a Editora da UFPR, estrutura física gerencial para o programa.

Art. 17. São atribuições do SIBI:

I- elaborar cadastro de permuta para cada periódico, informando ao Conselho o número de exemplares necessários para esse fim;

II- enviar os exemplares de permuta;

III- elaborar relatório anual do resultado do sistema de permutas para o acervo das Bibliotecas do Sistema; e

IV- fomentar o intercâmbio dos periódicos institucionais da UFPR com o de outras instituições.

TÍTULO IV

DOS RECURSOS FINANCEIROS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 18. Os recursos que viabilizem a publicação dos periódicos credenciados anualmente serão captados por iniciativa da PRPPG nas instituições de fomento à Ciência e Tecnologia.

Art. 19. Os recursos obtidos comporão um fundo, a ser administrado pela Coordenação do Programa, que obedecerá às seguintes regras gerais:

I- os recursos financeiros do Programa serão gerenciados pela Unidade de Orçamento e Finanças da PRPPG; e

II- os periódicos credenciados anualmente terão sua publicação condicionada à disponibilidade de recursos, que serão distribuídos segundo os critérios definidos pelo Conselho e ratificados pela Assembléia.

Parágrafo único – Os editores que obtiverem recursos de agências financiadoras que não permitam a transferência de valores para o Fundo, estarão dispensados de o fazer; estarão obrigados, todavia, a informar o

Conselho do valor obtido e de sua origem, para que o Programa possa computá-los como recursos obtidos pelo programa.

Sala das Sessões, 19 de março de 2004.

Carlos Augusto Moreira Júnior
Presidente

Anexo II

Disponível em

<http://www.prppg.ufpr.br/index.html>

A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), através do qual abre um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica em geral. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do Open Journal System, que é um software livre e com protocolo internacional, permitindo a submissão de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema estão cadastradas 25 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento. O **DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA** da UFPR está encarregado da implantação e gerenciamento do Sistema.

O Sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para a submissão de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS** em geral, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

A **SUBMISSÃO** de artigos é feita por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO** passo a passo do processo de **AVALIAÇÃO** por parte dos consultores, até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções aos autores, bem como os endereços dos editores são encontrados nas páginas de cada revista.

O trabalho de editoração é feito pela **EDITORA DA UFPR**, que conta com corpo especializado de revisores das línguas inglesa e portuguesa além de técnicos que se ocupam da formatação da versão final das revistas, dentro de padrões rígidos estabelecidos pela Editora. Findo o processo de revisão, uma cópia em pdf dos originais dos artigos é disponibilizada em meio digital para o SER, enquanto outra segue para impressão em gráficas de Curitiba.

Agora que você já conhece um pouco mais sobre o Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná, que tal submeter um trabalho? Então clique em **Revistas Técnico-Científicas** nesta mesma página, acima à esquerda, vá até o periódico de seu interesse, clique na capa da revista e em seguida em **ACESSO**.

Lembre-se que para submeter um trabalho você só precisa se **cadastrar** e pronto!!! Mas se você apenas deseja consultar trabalhos já publicados, acesse **BUSCAR** e obtenha o artigo desejado.

No entanto, se você pretende expandir sua busca a sites internacionais, utilize o **Public Knowledge Project**. O PKP é uma ferramenta de pesquisa sediada na Universidade de Columbia Britânica, em Vancouver, Canadá com o objetivo de divulgar e melhorar a qualidade da pesquisa acadêmica através de ambientes on-line, com acessibilidade global. Desde 2001 o PKP vem oferecendo programas livres para o gerenciamento e publicações de revistas científicas e conferências, sendo usados em várias partes do mundo como forma de reduzir custos de publicações, ampliar a indexação e aumentar o acesso aos diversos temas de interesse da comunidade científica ou do público em geral, numa escala global.

Experimente fazer uma busca por um tema qualquer de seu interesse utilizando dessa ferramenta. Vá em **BUSCAR**, digite uma palavra-chave em Busca nos arquivos, click em **Busca no índice do PKP System** e finalmente em **Buscar**, ao lado direito da barra inferior. Com isso você acessará artigos sobre o tema de seu interesse, publicados em diversas partes do mundo.

Anexo III -Versão de Outubro de 2004

Critérios SciELO Brasil: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na coleção SciELO Brasil

1 Introdução

Este documento descreve os critérios, políticas e procedimentos de avaliação de periódicos científicos adotados pelo Projeto SciELO (<http://www.scielo.org>) para a admissão e a permanência de títulos na coleção eletrônica SciELO Brasil (<http://www.scielo.br>).

Os critérios, assim como a política e os procedimentos para a sua aplicação, foram discutidos no Seminário sobre Critérios de Avaliação e Seleção de Periódicos Científicos, realizado em abril de 1999 na FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (<http://www.fapesp.br>), São Paulo, e aprovados pela FAPESP e BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (<http://www.bireme.br>). São referidos doravante como Critérios SciELO Brasil porque guardam em sua formulação e aplicação uma relação estreita com a publicação científica brasileira.

À medida em que o Projeto SciELO se estenda para outros países da América Latina, espera-se um enriquecimento e uma generalização progressivos dos critérios, com vistas ao estabelecimento de critérios únicos para a admissão e permanência de periódicos científicos nas coleções SciELO nacionais e/ou regionais.

2 Objetivos dos Critérios SciELO Brasil

Os Critérios SciELO Brasil são definidos no contexto do Projeto SciELO, coordenado pela FAPESP e BIREME, com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (<http://www.cnpq.br>), cujo objetivo geral é contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica nacional, através do aperfeiçoamento e da ampliação dos meios de disseminação, publicação e avaliação dos seus resultados, fazendo uso intensivo da publicação eletrônica.

O Projeto SciELO busca a curto prazo aumentar radicalmente a visibilidade, a acessibilidade e a credibilidade nacional e internacional da publicação científica da América Latina e Caribe, através da publicação integrada na Internet de coleções nacionais ou regionais de periódicos científicos. A longo prazo, o projeto busca contribuir para o aumento do impacto da produção científica nacional.

Para a consecução dos objetivos do Projeto SciELO é essencial promover o aperfeiçoamento da comunicação científica nacional em todos os seus aspectos, buscando identificar, estimular e desenvolver uma coleção-núcleo de periódicos científicos, cujo padrão de qualidade alcance o das revistas científicas internacionais de primeira linha. Nesse sentido, os critérios de avaliação de periódicos e as políticas e procedimentos para sua aplicação constituem uma linha de ação fundamental do Projeto SciELO.

Os Critérios SciELO Brasil têm como objetivos específicos contribuir para a formação e o desenvolvimento da coleção - núcleo de periódicos científicos da SciELO Brasil, incluindo:

- a. Oferecer subsídios para a avaliação de periódicos científicos nacionais para efeito de determinar a sua admissão na coleção SciELO Brasil;
- b. Monitorar o desempenho de periódicos científicos incluídos na coleção SciELO Brasil para efeito de determinar a sua permanência na coleção;
- c. Produzir indicadores de desempenho da coleção SciELO Brasil como um todo e de cada um dos periódicos participantes.

O conteúdo e a aplicação dos Critérios SciELO Brasil deverão acompanhar a dinâmica do Projeto SciELO e, em particular, do processo de formação e desenvolvimento da coleção SciELO Brasil.

3 O Comitê Consultivo SciELO Brasil

O Comitê Consultivo tem por objetivo, com base na aplicação dos Critérios SciELO Brasil, propor:

- a. A inclusão de novos títulos de periódicos científicos na coleção SciELO;
- b. A exclusão de títulos de periódicos científicos da coleção SciELO;
- c. Modificações dos critérios de avaliação para a admissão e a permanência de títulos de periódicos na coleção SciELO Brasil;
- d. Indicadores de desempenho dos periódicos da coleção SciELO Brasil, a serem publicados periodicamente;
- e. A definição e o aperfeiçoamento do funcionamento do Comitê, de modo a cumprir eficientemente os objetivos anteriores.

O Comitê será formado por representantes da comunidade relacionada diretamente com a comunicação científica nacional, de acordo com a seguinte composição de caráter permanente:

- a. Coordenador Operacional do Projeto SciELO, como Presidente;
- b. Representante da ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos;
- c. Representante do Programa de Apoio a Publicações Científicas da FAPESP;
- d. Representante do Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- e. Quatro Editores Científicos, sendo um da área de Agrárias, um de Biológicas, um de Exatas e um de Humanas, eleitos a cada 2 anos entre os editores dos periódicos científicos da coleção SciELO Brasil, a partir do segundo ano de funcionamento do Comitê Consultivo SciELO Brasil - no primeiro ano, os editores científicos serão indicados pela SciELO. Os editores poderão ser reconduzidos, sendo substituído 1 editor a cada reunião;
- f. Representante da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

O Comitê poderá contar também, em suas reuniões e atividades, com a participação de consultores e especialistas externos, quando necessário.

4 Escopo da coleção SciELO Brasil

A coleção SciELO Brasil inclui periódicos científicos que publicam predominantemente artigos resultantes de pesquisa científica original e outras contribuições originais significativas para a área específica do periódico. O processo de revisão e aprovação das contribuições deve ser feito por pares.

A coleção de cada título individual na SciELO Brasil deve iniciar-se a partir de sua aprovação para entrada na coleção, sendo agregados os números retrospectivos até o ano de 1997, ou a partir do primeiro número para revistas criadas após 1997. As contribuições podem estar escritas nos idiomas inglês, português e espanhol. Os periódicos da coleção SciELO não deverão necessariamente ser publicados em papel.

5 Critérios SciELO Brasil para admissão de periódicos na coleção

5.1 Critérios para admissão automática durante 1999, 2000 e 2001

Os Critérios SciELO Brasil para admissão de novos títulos de periódicos consideram as avaliações a que esses periódicos foram submetidos anteriormente, incluindo sua participação em índices internacionais selecionados, a avaliação da FAPESP de 1997 e a avaliação do CNPq/FINEP também de 1997.

Até o ano de 2001, um título de periódico estaria automaticamente habilitado para admissão caso fosse indexado em um dos índices selecionados, descritos no item 5.1.1, ou caso tivesse obtido alta pontuação nas avaliações da FAPESP e do CNPq/FINEP.

5.1.1 Periódicos incluídos em índices internacionais

Os periódicos nacionais indexados nos seguintes índices internacionais estão automaticamente habilitados para sua primeira admissão na coleção SciELO Brasil, até o ano de 2001:

- ISI
- MEDLINE/Index Medicus
- PsycInfo (APA)

Cabe ao Comitê Consultivo a modificação desta lista de índices internacionais.

A permanência dos periódicos deste grupo na coleção SciELO Brasil é determinada com base nos indicadores de desempenho definidos no item 6.

5.1.2 Periódicos pré-selecionados pelos Critérios da FAPESP

Os periódicos nacionais que foram avaliados pela FAPESP, durante o ano de 1997, que tenham obtido classificação de conteúdo prioritário, e desempenho de forma muito bom e bom, estão automaticamente habilitados para sua primeira admissão na coleção SciELO Brasil, até o ano de 2001.

A permanência dos periódicos deste grupo na coleção SciELO Brasil é determinada com base nos indicadores de desempenho definidos no item 6.

5.1.3 Periódicos pré-selecionados pelos Critérios CNPq/FINEP

Os periódicos nacionais classificados como Grupo A pelo Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq/FINEP, durante o ano de 1997, estão habilitados automaticamente para a sua primeira admissão na coleção SciELO Brasil, até o ano de 2001.

A permanência dos periódicos deste grupo na coleção SciELO Brasil é determinada com base nos indicadores de desempenho definidos no item 6.

5.2 Critérios de avaliação de periódicos para admissão na SciELO

Quando um título de periódico não estiver automaticamente habilitado para admissão na SciELO, ele deverá ser avaliado de acordo com os seguintes indicadores:

5.2.1 Caráter científico

Os periódicos devem publicar predominantemente artigos originais resultantes de pesquisa científica e/ou significativas para a área específica do periódico. Os periódicos podem incluir outros tipos de contribuições, como artigos de revisão, comunicações, resenhas e estudos de caso, que não serão consideradas como artigos originais.

O Comitê Consultivo da SciELO poderá solicitar a opinião de pares para verificar a predominância de contribuições originais.

5.2.2 Arbitragem por pares

A revisão e a aprovação das contribuições publicadas devem ser realizadas por pares. A revista deve especificar formalmente qual o procedimento seguido para a aprovação de artigos. A partir da admissão na SciELO o processo de arbitragem deve ser documentado. É obrigatória a indicação das principais datas do processo de arbitragem, incluindo as datas de recepção e de aprovação.

5.2.3 Conselho editorial

A composição do conselho editorial do periódico deve ser pública. Seus integrantes devem ser especialistas reconhecidos, de origem nacional e internacional, devidamente identificados na publicação.

Periódicos que possuem um conselho com integrantes ligados predominantemente a uma instituição e/ou com artigos provenientes em sua maior parte de uma única instituição ou de uma região geográfica não serão admitidos.

5.2.4 Periodicidade

A periodicidade é um indicador do fluxo da produção científica, que depende da área específica coberta pelo periódico. É também um indicador relacionado com a oportunidade e velocidade da comunicação.

A seguinte tabela indica, segundo grandes áreas temáticas, a periodicidade mínima e desejada, bem como o número mínimo e desejado de artigos por ano:

Área temática	Periodicidade		Número de artigos por ano	
	mínima	desejada	mínimo	desejado
Agrárias e Exatas	trimestral	bimestral	40	48
Biológicas	trimestral	bimestral	60	72
Humanas	semestral	quadrimestral	18	24

5.2.5 Duração

O periódico deve ter pelo menos 4 números publicados para ser considerado para avaliação.

5.2.6 Pontualidade

O periódico deve aparecer pontualmente de acordo com a sua periodicidade.

5.2.7 Resumo, palavras-chave e título em inglês

Os artigos devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo e no idioma inglês, quando este não é o idioma do texto.

5.2.8 Normalização

O periódico deve especificar a(s) norma(s) seguida(s) para a apresentação e estruturação dos textos, e para a apresentação de referências bibliográficas e descritores, de modo que seja possível avaliar a obediência às normas indicadas. Embora se recomende a adoção de uma norma para as referências bibliográficas - tal como ABNT, ISO, Vancouver - serão aceitas outras normas, desde que esteja claramente indicado o formato bibliográfico a ser obedecido pelos autores.

5.2.9 Afiliação de autores

Os artigos devem conter informação completa sobre a afiliação dos autores, incluindo instituição de origem, cidade e país.

5.2.10 Citações recebidas

O periódico deverá apresentar um índice de citações compatível com periódicos da mesma área, verificado a partir das citações recebidas de artigos publicados na coleção SciELO Brasil.

5.3 Procedimentos do processo de admissão

A admissão de um periódico na coleção SciELO deve ser feita após parecer positivo do Comitê Consultivo da SciELO.

Os procedimentos de avaliação compreendem três aspectos: (1) de formato, quanto a adequação às normas; (2) de endogenia, em relação a concentração institucional e geográfica do conselho editorial e dos autores; e (3) de conteúdo, para assegurar a qualidade científica.

A avaliação dos aspectos de formato inclui uma análise de um conjunto de características, baseadas em estudos e normas internacionais sobre edição de periódicos científicos. Existem itens obrigatórios e, em geral, aceita-se como mínimo o cumprimento de 80% das características.

A avaliação de endogenia é feita a partir da afiliação declarada do conselho editorial, dos revisores e dos autores. A apuração de tendência à concentração institucional ou geográfica desses elementos é considerada como um resultado negativo para a admissão do periódico na coleção.

Os periódicos que atenderem satisfatoriamente aos aspectos anteriores serão avaliados quanto a seu conteúdo, com base na opinião de um mínimo de 2 especialistas na área do periódico, em relação às seguintes características:

- a. Representatividade do conselho editoria, revisores e autores;
- b. Caráter científico dos artigos da revista;
- c. Processo de arbitragem por pares;
- d. Importância para o desenvolvimento da área.

Cada editor-representante de área analisa a documentação e os pareceres, e apresenta o periódico ao Comitê Consultivo para discussão e decisão final.

A Unidade SciELO contribuirá com o trabalho do Comitê, organizando a informação e a documentação necessárias. Apenas os periódicos que obedeçam aos itens 5.2.1. a 5.2.10 serão encaminhados para análise do Comitê Consultivo.

O parecer do Comitê poderá conter recomendações de melhoramentos e modificações nos periódicos que devem ser implementados no período de tempo especificado no parecer.

6 Critérios de avaliação de desempenho para permanência na SciELO

Em princípio, todos os indicadores adotados para a avaliação de títulos de periódicos para admissão na SciELO Brasil aplicam-se também para a sua permanência.

O cumprimento das recomendações de melhoramentos apresentadas no parecer de admissão do periódico deve ser tratado como indicador para a sua permanência na coleção SciELO.

Os seguintes são indicadores específicos do desempenho dos periódicos na coleção SciELO, que devem ser utilizados para justificar a sua permanência na coleção:

6.1 Pontualidade de envio dos arquivos

A pontualidade de envio é medida pela chegada dos arquivos eletrônicos de um número na Unidade SciELO, que deve seguir pontualmente a periodicidade do periódico. A Unidade SciELO deve indicar ao Comitê a ocorrência de atrasos no envio dos arquivos.

Os periódicos imponentais devem ser analisados pelo Comitê Consultivo da SciELO, sendo passíveis de exclusão da coleção.

6.2 Indicador de uso do periódico

O uso do periódico é medido pela evolução mensal do número de acessos ou visitas ao conteúdo do periódico. Se o uso do periódico é sistematicamente baixo e/ou decrescente quando comparado a periódicos da mesma área, a permanência do periódico na coleção deve ser avaliada pelo Comitê Consultivo da SciELO, o qual deverá emitir parecer para que se estudem as causas e possíveis soluções, ou propor a exclusão do periódico da coleção.

6.3 Indicador de impacto

O indicador de impacto de cada título de periódico, medido com base nas citações que o periódico recebeu, deve ser avaliado em conjunto com os títulos de periódicos da mesma área.

O aumento no fator de impacto ou a sua estabilização no valor médio dos periódicos da mesma área são considerados resultados de desempenho positivo e, portanto, garantia de permanência do título na coleção SciELO.

7 Parecer do processo de exclusão de títulos

A exclusão de um periódico da coleção SciELO deve ser feita após parecer do Comitê Consultivo da SciELO.

No caso de apuração de resultados desfavoráveis na avaliação de desempenho, o periódico recebe uma notificação dos aspectos a serem melhorados, que deverão ser atendidos no prazo estabelecido pelo Comitê.

8 Recursos

O editor do periódico poderá recorrer a qualquer tempo da decisão do Comitê Consultivo da SciELO, tanto nos casos de não admissão como de exclusão da coleção SciELO.

Os recursos serão examinados pelo Comitê Consultivo e o periódico poderá ser reavaliado. O parecer do Comitê Consultivo será enviado ao editor do periódico.

9 Readmissão

Os periódicos que forem excluídos da coleção SciELO poderão ser readmitidos sempre que voltarem a cumprir os critérios de inclusão e permanência na coleção SciELO. A readmissão será avaliada pelo Comitê Consultivo da SciELO.

A readmissão não será efetivada imediatamente após a exclusão de um título da coleção SciELO. Para ser reavaliado, um periódico deve demonstrar que cumpre novamente os critérios em pelo menos 4 números consecutivos ou 1 ano.

SciELO - Scientific Electronic Library Online
FAPESP - BIREME
Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino
04023-901 São Paulo SP - Brasil
Tel.: +55 11 5576-9863
Fax: +55 11 5575-8868
<mailto:scielo@bireme.br>
scielo@bireme.br

Universidade Federal do Paraná

Sistema de Bibliotecas - Biblioteca Central - Seção de Intercâmbio
 Caixa Postal 19051 - Cep:81531-990 - Curitiba - Paraná - Brasil
 Fax: 41-262-7784 - Fone: 41-3605290 * 41-3605017
 E-Mail: inter@bc.ufpr.br Home Page:<http://www.portal.ufpr.br>

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS:05/11/2004

	PERMUTA		DOACAO		TOTAL
	BRAS	EXT	BRAS	EXT	
BIBLIOTECA	232	91	323	29	94
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	59	126	185	3	21
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	18	50	68	2	5
BIBLIOTECA DO CENTRO DE ESTUDOS DO MAR	88	206	294	94	193
BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	20	3	23	1	2
BIBLIOTECA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	8	0	8	1	15
BIBLIOTECA DA ESCOLA TÉCNICA	359	155	514	21	82
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO	111	19	130	3	38
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	105	44	149	33	113
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	54	16	70	38	135
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	57	19	76	17	47
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/SEDE BOTÂNICO	0	0	0	0	1
DEPARTAMENTO DE PROCURADORIA JURÍDICA	37	40	77	21	25
BIBLIOTECA CIÊNCIAS FLORESTAIS E DA MADEIRA	8	34	42	0	0
BIBLIOTECA CIÊNCIAS BIOLÓGICAS-ZOOLOGIA	1	1	2	0	0
BIBLIOTECA CIÊNCIAS BIOLÓGICAS-ENTOMOLOGIA	2	0	2	0	26
MEMÓRIA UFPR					
PERMUTA BRASIL					1159
PERMUTA EXTERIOR					804
PERMUTA TOTAL					1963
DOACAO BRASIL					534
DOACAO EXTERIOR					263
DOACAO TOTAL					797
TOTAL DE PUBLICACOES RECEBIDAS					2760